

# **Intervenção na Mesa de Honra das X Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil**

**Isabel Babo**

*Reitora da Universidade Lusófona do Porto*

*X Jornadas Novos Paradigmas da Proteção Civil  
Auditório LIPOR – Bagueim do Monte – Gondomar (Portugal)  
30 de setembro de 2022*

Cumprimento a Exma. Senhora Secretária de Estado da Proteção Civil, Dr<sup>a</sup> Patricia Gaspar, e os Exmos Senhores Dr. José Manuel Ribeiro, Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Carrola, Dr. Marco Martins.

Cumprimento o Senhor Professor Doutor Artur Costa, enaltecendo o trabalho que desempenha nesta área do saber e a sua dedicação à Universidade Lusófona do Porto (ULP) e aos seus estudantes. Em seu nome cumprimento a comissão organizadora deste evento.

Agradecendo o convite, não deixo de sublinhar que é com enorme gosto e honra que participo nestas X Jornadas (Novos Paradigmas) da Proteção Civil, a cujo sucesso nos habituamos ao longo dos anos.

Vou tecer umas breves considerações sobre a Universidade e a ligação desta à comunidade, sobre a transição ecológica e a educação para o clima e, por último, sobre novas orientações do ensino superior que também podem ser consideradas como integrando um novo paradigma.

As universidades são instituições muito exigentes e plurifacetadas, cujos domínios de ação se exercem em torno de quatro eixos fundamentais que são: ensino e formação (metodologias e práticas pedagógicas inovadoras); investigação e inovação; ligação à sociedade e transferência de saber; e internacionalização. No vector da transferência de saber e da ligação da universidade à sociedade – domínio preferencial no qual estas jornadas se inscrevem, a par da investigação – entende-se, hoje, que esta relação requer uma articulação ativa e uma expansão das relações recíprocas entre o ensino-investigação e as organizações da sociedade, sejam empresas, serviços públicos ou terceiro sector, sob a égide de uma triangulação entre conhecimento, educação e emprego.

Porém, na atual ligação da academia à sociedade, também existem dois campos de ação que devem orientar as organizações e as instituições de ensino superior e que são a transição digital e a transição ecológica. Se, de certa forma, é relativamente acessível a uma universidade cumprir a primeira, a segunda, por seu lado, requer mais empenho e reconversão de práticas e infraestruturas. A transição digital, com efeito, encontra nas

universidades uma capacitação adquirida e em curso ao nível da formação de docentes, estudantes e colaboradores, que vai do uso das plataformas e ferramentas, como o Moodle, à intranet e à desmaterialização de processos e procedimentos. Tal não significa que não haja um percurso a fazer para reforçar o desenvolvimento de competências digitais e tecnológicas, e outras aptidões correlativas, como a capacidade de aprender a aprender e a inovação. Acresce que a Universidade Lusófona do Porto detém ciclos de estudos em funcionamento nas áreas da engenharia informática, com laboratórios e software. Quanto à transição ecológica, a instituição também atua nas áreas de ensino e investigação do ambiente e da ação climática, através da formação especializada, entre outros, de Engenheiros do Ambiente e da Proteção Civil. Em termos de educação e formação, as questões do ambiente, dos ecossistemas e da biodiversidade devem mobilizar conhecimentos especializados e, mais do que isso, mudanças ao nível de competências, métodos, processos e culturas, assim como de comportamentos e atitudes. O recém criado Núcleo de Educação para o Clima (NEDUC) da ULP agrega docentes e estudantes em torno da missão de promover a educação ao serviço da proteção do clima, disseminar conhecimentos, estudar soluções e desenvolver projetos de defesa do ambiente.

Ora, quer a mudança digital quer a mudança para a proteção do meio ambiente e do clima podem inscrever-se no que podemos considerar como um novo paradigma do ensino superior. Ideias como a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade não são novas em termos de ensino e investigação, mas, nos últimos anos, as universidades têm vindo a criar unidades curriculares com carácter interdisciplinar e transversal, de modo a promover uma aprendizagem e percursos mais flexíveis e modulares. Igualmente, a realização de projetos transversais, que visam a aquisição de competências transversais alinhadas com as tendências atuais do mercado de trabalho e com áreas profissionais emergentes, correspondem às necessidades e interesses das empresas.

Neste novo paradigma inscreve-se, ainda, uma outra ideia defendida por cientistas e académicos que se prende com a defesa de uma ciência aberta e uma ciência cidadã, o que se consubstancia em práticas científicas colaborativas e inclusivas de carácter aberto, que são, aliás, favorecidas pelo uso das novas tecnologias e das redes digitais. A Rede Portuguesa de Ciência Cidadã (<https://www.cienciacidadada.pt/>) constitui já um espaço de novas práticas, propondo a seguinte definição: “a Ciência Cidadã consiste no envolvimento dos cidadãos em atividades de investigação científica, para as quais contribuem ativamente com o seu esforço intelectual, com o seu conhecimento, ou com as suas ferramentas e recursos”. A ciência cidadã pode dar lugar a iniciativas “contributivas” (concebidas por cientistas, havendo a

contribuição dos cidadãos na recolha de dados), “colaborativas” (para além da recolha de dados, os cidadãos também ajudam no desenho do projeto, na análise de dados e/ou a disseminar resultados) e “co-criadas” (desenhadas em conjunto por cientistas e pelos cidadãos). A ciência aberta pode atenuar e até prevenir a desinformação, a exclusão social e as desigualdades.

Em suma, como traço persistente e fulcral, nestes eixos e na vocação das instituições de ensino superior, temos a ligação às organizações, à sociedade, aos poderes públicos. Ora, as Jornadas da Proteção Civil são disso um significativo exemplo.

Isabel Babo

Reitora da Universidade Lusófona do Porto

30 de setembro de 2022